

13 de setembro



Foi adiado pela quarta vez o julgamento da ação movida pela Defensoria Pública do Rio para garantir atendimento médico nos presídios femininos do estado, previsto para hoje (13). O motivo do quarto adiamento foi a ausência de parecer do Ministério Público de segunda instância, órgão que será chamado a opinar sobre os pedidos da DPRJ. O julgamento foi adiado sem uma previsão de data.

Na expectativa do julgamento acontecer hoje, os defensores públicos Daniel Lozoya e Livia Casseres publicaram um artigo no Jornal O Dia de hoje sobre a penosa defesa do óbvio.

“Supreendentemente, a juíza que decidiu a causa em primeira instância entendeu que o atendimento médico das presas representaria um “privilégio inconstitucional”.”

Confira o artigo completo: <http://goo.gl/XyHDIf>

Descrição #PraCegoVer: print do artigo publicado no jornal O Dia no fundo e texto em destaque: Julgamento para garantir atendimento médico nos presídios femininos adiado novamente.